

PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA E JUVENTUDE DO CAMPO: um estudo a partir dos egressos do Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural e da Escola Família Agrícola de Santa Cruz do Sul, no Vale do Rio Pardo/RS.

Adair Pozzebon¹

Jovani Augusto Puntel²

Resumo: O Brasil, desde sua origem adotou um modelo de desenvolvimento rural que privou a distribuição da renda e promoveu o uso indevido do território. O processo de evolução tecnológica e modernização da agricultura em busca da produtividade modificaram os processos produtivos, comportamentos, a vida social e o uso do território. Este artigo busca refletir sobre diversos aspectos do desenvolvimento rural, em especial, sobre a trajetória de 206 jovens rurais da Região do Vale do Rio Pardo - egressos do Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural (Cedejor) e da Escola Família Agrícola de Santa Cruz do Sul (EFASC). Esses jovens oriundos da Agricultura Familiar buscam essas instituições de formação para se qualificar e fortalecer a Agricultura Familiar e comunidade, tendo em vista subsistir no campo através de meios de produção menos agressivos a natureza e a sociedade. Os argumentos apresentados neste artigo têm por base pesquisa documental, aplicação de questionário semiestruturado e pesquisa de campo realizada junto aos jovens que concluíram o processo formativo entre os anos de 2004 a 2012. Os resultados indicam que este processo de formação está colocado como o principal meio para discutir, refletir e organizar possibilidades concretas de inserção socioprofissional dos jovens rurais, contribuindo significativamente para fortalecer o seu vínculo identitário com o meio onde vivem e ampliando a percepção das oportunidades de diversificação e geração de renda, contrapondo-se ao modelo tecnicista. No entanto, identifica-se a necessidade de se criar e fortalecer ações pós-formação de modo a potencializar as iniciativas de inserção socioprofissional desses jovens.

Palavras-chave: Desenvolvimento rural. Jovem rural. Educação do campo. Pedagogia da Alternância. Agricultura Familiar.

1- Introdução

O Brasil, desde sua origem adotou um modelo de desenvolvimento rural que privou a distribuição da renda e promoveu o uso indevido dos territórios. No último século esses problemas se agravaram, provocando muitos questionamentos. A produção em escala, principalmente voltada para a exportação, o uso exagerado de tecnologia pesada e uso de recursos químicos estão deixando marcas profundas nas transformações do cenário rural. Neste cenário encontra-se o debate sobre sustentabilidade geracional no campo, questões

¹ Mestre em Desenvolvimento Rural – PGDR/UFRGS.

² Doutor em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC).

socioambientais, sobre o futuro da agricultura familiar e como viabilizar um processo de desenvolvimento que gere distribuição de renda, que proporcione boas condições de vida para os agricultores familiares. A imposição do modelo produtivista como objetivo dos empreendimentos rurais, têm causado efeitos profundos, indelévels e diferenciados sobre as diversas classes, culturas e espaços, principalmente em regiões onde predomina a agricultura familiar.

Neste sentido, o uso do território vem sendo feito de forma seletiva e desigual, revelando a face geográfica da desigualdade, dada por organizações territoriais e normatizações políticas. A formação sócio-espacial brasileira mostra que o uso agrícola do território é revelador destas desigualdades. O processo de modernização do território, intensificada no regime militar, garantiu a definitiva transformação do meio geográfico em meio técnico, científico e informacional, atendendo às exigências de um mundo cada vez mais dirigido pela globalização. Urbanização, industrialização e modernização agrícola, são marcas deste período. Desde então a agricultura tornou-se uma atividade fortemente dependente da informação, investimentos e pesquisa. Esta agricultura vincula-se diretamente com o mercado externo, onde tem seus preços e produção determinados, levando o país a uma incômoda posição subordinado a um modelo agrário-exportador.

Inserido neste contexto, este trabalho analisa a formação e o desenvolvimento dos jovens rurais participantes do CEDEJOR e EFASC. Essas duas instituições de formação oportunizam o acesso aos jovens rurais a um modelo de educação contextualizada, que valoriza os saberes populares e fortaleça seus laços identitárias com a agricultura de base familiar na Região do Vale do Rio Pardo/RS.

Nossa pesquisa analisou a participação de 206 jovens que concluíram o processo de formação entre os anos de 2004 a 2012 e a contribuição dessa formação para o desenvolvimento desses jovens, enfatizando o fortalecimento dos laços de identidade com o meio rural através do desenvolvimento e implementação de projetos produtivos em suas Unidades Familiares de Produção (UPF). Para aferir os objetivos da pesquisa nos valem os recursos metodológicos como pesquisa de campo junto aos jovens e educadores, análise documental e questionários semiestruturados.

Este artigo apresenta uma revisão bibliográfica sobre a implementação do modelo produtivista brasileiro e seus impactos na organização/desorganização do território e no desenvolvimento rural, em especial na Agricultura Familiar. Posteriormente apresenta-se as instituições de ensino CEDEJOR e EFASC, seu modelo de educação e algumas características relevantes do seu território de atuação. Por fim, apresenta-se os resultados de nossa pesquisa realizadas com os/as jovens egressos/as e as considerações finais.

2- Implementação do modelo produtivista rural brasileiro

A estrutura da economia rural, das relações sociais e de propriedade no campo, sua evolução, formas e particularidades vem sendo há tempos objeto de estudo e desafio de compreensão para estudiosos de diversas áreas de interesse. Seja no que tange ao entendimento particular da área ou quando for levada em conta a diversidade de formas, conceitos e situações que preconizaram sua origem e desenvolvimento. Desde que os marxistas anunciavam o fim do campesinato, o qual seria extinto pela própria dinâmica de diferenciação entre os produtores rurais (Lênin, 1985) ou de que não resistiriam à concorrência das grandes empresas agrícolas (Kautsky, 1954) cada vez mais presenciamos a inserção dos Agricultores Familiares de acordo com os moldes capitalistas, e com inúmeras questões que permanecem em aberto.

De acordo com Harvey (2012) as transformações na economia política do capital no final do Século XX trouxeram modificações importantes nos processos de trabalho, configurações geográficas, geopolíticas, nos poderes e práticas do Estado e nos hábitos de consumo. O período de 1945 e 1973 pode ser considerado como o auge do período fordista-keynesiano, que, nos anos seguintes foram mostrando as contradições implícitas no sistema capitalista. Seguiu-se um período caracterizado por um sistema de produção marcado pelo consumo em massa e pela intensificação do uso da força de trabalho com uma política de controle e gerência do tempo, procurando modernizar o sistema de produção e criar um novo trabalhador.

Porém, tanto os capitalistas como os trabalhadores pareciam não resistir à idéia de melhorar a eficiência e acreditavam na reorganização do trabalho como técnica ideal para alcançar esse objetivo. O Estado aparece desde a década de 30, intervindo no quase colapso desse sistema que apontava a falta de demanda para a produção dos produtos e exigia a busca de soluções comerciais. Daí em diante, tivemos várias e distintas tentativas em diferentes nações para constituir arranjos políticos, institucionais e sociais para acomodar a incapacidade do sistema e suas deficiências para se reproduzir. Conforme a corrente Keynesiana, era preciso encontrar formas, estratégias administrativas científicas e estatais para estabilizar o sistema e evitar suas depressões.

Neste contexto, o fordismo aliado ao keynesianismo promoveram um surto de expansões internacionalistas em inúmeras nações consideradas não desenvolvidas e em economias em desenvolvimento. Desta forma o Estado entra em cena como regulador desse sistema, como interventor para alavancar o crescimento econômico em períodos de crise, através da emissão de moeda ou com pesados investimentos públicos nas áreas de transporte, políticas sociais de habitação, seguridade, saúde entre outros. Sempre que há

uma depressão no sistema, até hoje, o Estado é chamado a intervir procurando injetar recursos para gerar demanda e impulsionar o crescimento econômico.

Na esfera produtiva, as empresas adotaram um enxugamento das atividades produtivas, articulando-se com empresas-parceiras terceirizadoras ou fornecedoras. Esta cadeia de relações passa a formar sistemas de trabalho doméstico, artesanal, familiar e paternalista (Harvey, 2012). Essa forma organizacional tem proporcionado a aceleração da inovação e ao mesmo tempo a exploração de nichos de mercados especializados com grande mobilidade, tendo em vista a melhora da produtividade e lucratividade das grandes empresas.

As políticas de crédito para agricultura apresentam uma relação direta com os procedimentos técnicos modernos e pré-determinados pelo Estado, buscando implantar novos padrões técnicos e econômicos que incluíssem o financiamento da atividade agrícola para a compra dos chamados pacotes tecnológicos via a utilização de sementes selecionadas, correção de solos, novos equipamentos tecnológicos, agrotóxicos e insumos químicos. O território deixa de ser abrigo e passa a ser viabilizado pelo Estado como recurso para as grandes empresas. Com esta perspectiva, as empresas, os centros de pesquisas e o desenvolvimento tecnológico impôs uma série de transformações no cenário rural, aprimorando os cultivos e exigindo maior eficiências dos agricultores e trabalhadores rurais.

Esse conjunto de medidas proporcionou uma série de inovações, seja no campo prático da agricultura, nas relações sociais e no meio acadêmico. Áreas como as Ciências Sociais, a Geografia, as Ciências Agrárias foram desafiadas a interpretar esses processos de desenvolvimento, criando diversos conceitos e metodologias para interpretar e entender as novas realidades surgidas de progresso tecnológico. De forma geral, este processo de modernização da agricultura, viabilizado com aval do Estado, alterou de forma significativa a dinâmica territorial até então concebida no Brasil.

3- Novas perspectivas do desenvolvimento rural

Essa revolução tecnológica revolucionou as dinâmicas territoriais e o campo conceitual relacionado a várias áreas de estudo sobre o meio rural. Relacionado as especificidades da agricultura em questão, Navarro (2001) identificou a existência de cinco concepções: desenvolvimento agrícola; desenvolvimento agrário; desenvolvimento rural; desenvolvimento sustentável e desenvolvimento local. De acordo o autor, o “*desenvolvimento agrícola*” trata sobre as condições da produção agrícola e/ou agropecuária, suas características, no sentido produtivo, identificando suas tendências em um período de tempo dado. O “*desenvolvimento agrário*” refere-se ao meio rural e suas relações com a sociedade, e leva em conta a relação das instituições, as políticas do

período, às disputas de classes, condições de acesso a terra, relações de trabalho e suas mudanças, os conflitos sociais, os mercados. Esta concepção normalmente é usada com viés marxista.

Como “*desenvolvimento rural*” Navarro (2001) considera as ações articuladas que induzem as mudanças em determinado ambiente rural, como a nova ordem internacional, a abertura comercial com o acirramento concorrencial e menor poder de manobra dos Estados para criar programas de desenvolvimento. No que tange ao “*Desenvolvimento sustentável*” há a centralidade das preocupações com os impactos sociais e ambientais no processo de desenvolvimento. Por fim, o “*desenvolvimento local*” decorreu das alterações da Constituição Federal brasileira de 1988, que descentralizou as responsabilidades da União em favor de Estados e municípios levando a uma ‘valorização’ do local, especificamente o município. O autor ainda ressalta que essa diferenciação tem caracterizado diferentes estratégias do Estado que alteraram os meios de produção e as condições de vida no meio rural, alertando que nesta diversidade conceitual é preciso observar o contexto em que se está inserido para se fazer a leitura mais apropriada de cada realidade.

Em paralelo a este processo de desenvolvimento, a agricultura também foi incorporando novos significados, desenvolvendo novos meios de produção e organização. Nela os trabalhadores foram sendo moldados num processo de aceitação/adaptação e resistência aos padrões estabelecidos. Neste processo histórico os trabalhadores do meio rural: ora camponeses, ora pequenos agricultores, ora agricultores familiares ou agricultores patronais - tem tido participação importante para o desenvolvimento de seus países, tendo muitas vezes criado seus próprios meios (muito particulares) de resistência ao sistema, ou se adaptando as inovações tecnológicas, dificultando o entendimento de suas articulações e comportamentos por parte dos estudiosos do tema.

De acordo com Mazoyer e Roudart (2010) a agricultura foi evoluindo e tornando-se uma atividade mais complexa, cuja compreensão passou a exigir novos esforços das Ciências Agrárias para se construir conhecimentos capazes de constituir uma base conceitual, teórica e metodológica. Diante disto, nos anos de 1950 e 1960, a abordagem dos Sistemas Agrários veio contribuir para a compreensão do desenvolvimento agrícola. Esta abordagem foi aperfeiçoada e afinada através de ações e programas de pesquisa realizados por diferentes pesquisadores e centros de pesquisa, em especial na França, Holanda, Austrália e Estados Unidos da América, tendo expandido seus estudos pelo mundo.

Esta abordagem disponibiliza elementos teóricos e metodológicos capazes de explicar a complexidade da agricultura e de perceber as transformações históricas, a diferenciação geográfica das diferentes formas de agricultura implementadas pela

humanidade. Dentre outras definições, a teoria dos Sistemas Agrários tem sido apresentada como

[...] um instrumento intelectual que permite apreender a complexidade de cada forma de agricultura e de perceber, em grandes linhas, as transformações históricas e a diferenciação geográfica das agriculturas humanas. Para compreendermos o que é um sistema agrário é preciso, em princípio, distinguir, de um lado, a agricultura tal qual ela é efetivamente praticada, tal qual pode-se observá-la, formando um *objeto real de conhecimento*, e, por outro lado, aquilo que o observador pensa sobre este objeto real, o que diz sobre ele, constituindo um conjunto de conhecimentos abstratos, que podem ser metodicamente elaborados para constituírem um verdadeiro objecto concebido, ou *objecto teórico de conhecimento* e de reflexão (MAZOYER & ROUDART, 2010 p.71).

Em nossa discussão sobre a inserção dos jovens rurais no campo, acreditamos que um estudo centrado no sistema da Agricultura Familiar e no Sistema Não Familiar nos oferece elementos suficientes para entendermos este movimento. Por acreditar que estes dois sistemas distintos polarizam a situação que hora discutimos, adotamos a ideia de Paiva (2008) que defendeu que o Complexo Agrário Nacional (CAN) se dá pela compatibilização dialética, tensa e em permanente desenvolvimento entre dois Sistemas Agrários Típicos (SATs) denominados de “Agricultura Familiar” e a “Agricultura Capitalista, patronal ou empresarial”.

Para o autor a principal distinção entre os dois SATs é a disponibilidade relativa de terra e trabalho (relação área por trabalhador - Te/Tr). O SAT familiar é caracterizado pela escassez de terra e pela abundância relativa de mão de obra. Devido a esta característica as técnicas produtivas mais adequadas aos Agricultores Familiares envolvem uma utilização de mão de obra maior em relação à quantidade de terra. No SAT capitalista (patronal ou empresarial) observa-se a disponibilidade maior de terra em relação à mão de obra. O resultado é de que neste sistema são adotadas técnicas produtivas poupadoras de mão de obra em grandes extensões de terra. E estas técnicas se caracterizam pela utilização de maior quantidade de insumos, máquinas e equipamentos. As duas tipologias, familiar e não familiar, são capazes de tornar o debate emblemático, pois cada qual está impregnada de historicidade, de traços e interesses políticos capazes de mobilizar lobistas e instituições representativas.

O processo de industrialização e mecanização do campo veio associado aos processos produtivos de integração entre agricultores familiares e agroindústrias. Neste processo os agricultores recebem assistência técnica das empresas, condições para adquirirem produtos e instrumentos tecnológicos para a produção, sendo que posteriormente a produção é adquirida pelas próprias empresas integradoras. As agroindústrias assumem importante grau de controle sobre a autonomia do agricultor. Neste caso, o modelo capitalista despojou os traços camponeses da agricultura, mas manteve a

forma de produção sustentada com base familiar, ou em outra hipótese, podemos dizer que o campesinato se adaptou ao sistema de acordo com sua disponibilidade de trabalho e terra.

No entanto, enquanto um grupo de agricultores se integrou às agroindústrias, outros ficaram excluídos da integração e procurando encontrar seus próprios meios de reprodução. Em geral, descapitalizados para modernizar suas bases produtivas formam um grande número de pobres rurais ou, acabam engrossando as periferias das cidades. Tais aspectos são visíveis tanto em grandes cidades/polo industriais, ou até mesmo em pequenos municípios.

Por se tratar de nosso campo de pesquisa, podemos identificar essas características na Região do Vale do Rio Pardo/RS, na medida em que parte importante dos agricultores familiares estão inseridos no sistema integrado do tabaco. Existe a implementação de grande aparato produtivo e apresenta desigualdades na estrutura fundiária, bem como desigualdades socioeconômicas entre agricultores e entre os próprios municípios da região. É neste contexto que se insere o debate sobre a importância de se discutir e implementar políticas de apoio ao desenvolvimento dos jovens rurais, em especial a educação voltada as populações do campo.

De acordo com Abramovay (1992) o Brasil é marcado por uma bimodalidade tecnológica. De um lado, há as explorações modernas que batem *record* nas safras e na tecnificação acelerada dos setores integrados ao complexo agroindustrial. De outro, destacam-se a pobreza da população rural, o atraso econômico, social e político nas regiões onde predomina o latifúndio, o coronelismo e a “lei do mais forte”.

No contexto da agricultura familiar e dos processos econômicos recentes que transformam o rural em um espaço cada vez mais heterogêneo, diversificado e não exclusivamente agrícola, a juventude rural chama a atenção como a faixa demográfica que é afetada de maneira dramática por essa dinâmica de diluição das fronteiras entre os espaços rurais e urbanos. Esta ambiência produz e reproduz sujeitos e sociedades heterogêneas, com pessoas de diversas identidades. É neste campo de disputa e de identidades distintas que se situa o jovem rural com suas buscas, desafios e esperanças. É por conta desta diversidade que na atualidade, a definição de juventude tem sido estabelecida a partir de sua forma plural – juventudes – por causa das situações existenciais experimentadas pelos sujeitos nessa etapa da vida, e nos diferentes contextos que estão inseridas.

O abismo que havia entre a cidade e campo hoje não passa de uma linha tênue onde as diferenças existentes não podem ser entendidas somente como um rural primitivo, ou um urbano civilizado. Isto não significa também que este “novo rural” representa melhoria de vida para a totalidade da população do campo. Os jovens cultuam laços que os prendem

ainda à cultura de origem, ao mesmo tempo em que percebem sua autoimagem refletida no espelho da cultura urbana. Estão situados em meio a uma cruzada que ainda os prende a família e a escola, entre o início da vida profissional e o casamento, entre a dependência e a autonomia econômica.

Diversos pesquisadores (ABRAMOWAY, 2005; CARNEIRO, 1997; STROPASOLAS, 2002), mencionam que a juventude vive uma condição transitória, não linear e que envolve diversas dimensões para caracterizá-lo, entre as quais: a realidade sociocultural em que estão inseridos, empregando assim, à condição juvenil “[...] um elevado grau de ambiguidade” (WEISHEIMER 2004, p. 89). Os jovens de nossa pesquisa, e grande parte da juventude rural brasileira (POZZEBON, 2015; PUNTEL, 2011) podem ser identificados ainda, por serem pessoas descapitalizadas, sem posse de terra, dependentes de seus pais, portanto, sem autonomia decisória e financeira por viverem numa condição juvenil, numa fase transitória, em constantes mudanças da vida social e profissional, ao passo que não chegaram à vida adulta, gerando processos conflituosos na busca de uma afirmação identitária.

Se tratarmos os jovens sob a orientação da idade cronológica vamos nos deparar com diferentes critérios balizadores. No Brasil o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) classifica como jovens as pessoas com idade entre 15 e 24 anos. Para fins de Políticas Públicas, são consideradas jovens as pessoas com idade entre 16 e 29 anos.

Reconhecemos que existem diversos traços culturais distintos entre a juventude rural e que desvendá-los além das aparências é um desafio para outro estudo, dadas a complexidade e diversidade de comportamentos e códigos apresentados por esta categoria. Para não subsumir às diferentes realidades, conforme nos alertou Bordieu (1983), em nossa pesquisa vamos tratar dos jovens rurais, os/as filhos/as de Agricultores/as Familiares e não da juventude rural em geral. Em suma: para nós os jovens rurais são os filhos dos agricultores que são pequenos proprietários e que comandam o processo produtivo. O jovem rural é o dependente, aquele que ainda não é proprietário de terra, e que se insere, normalmente como um agregado/subordinado do pai e mãe. Em nosso entendimento, essas características já são complexas, na medida que influenciam o processo de tomada de decisão dos e, para os jovens rurais, sobre sua autonomia, criação e fortalecimento dos laços identitários, bem como, ficar ou permanecer no campo (PUNTEL, 2011).

A seguir apresentaremos as instituições de formação CEDEJOR e EFASC, o modelo de ensino adotado por estas instituições para alicerçar a formação dos jovens rurais, alguns aspectos que caracterizam a Região do Corede Vale do Rio Pardo (RS) e que consideramos importantes para melhor entender o contexto do debate e inserção de nossa pesquisa de campo.

4- O processo de formação dos jovens rurais no Vale do Rio Pardo

O CEDEJOR³ é uma Organização Não Governamental e foi fundado no ano de 2001 com o apoio de entidades e lideranças locais com o suporte do Instituto Souza Cruz. Teve o seu projeto de desenvolvimento dos jovens rurais orientado pelas diretrizes do Programa de Empreendedorismo do Jovem Rural (PEJR). O foco de atuação do programa está voltado para ações de desenvolvimento e promoção dos jovens rurais. Para desenvolver o conjunto de competências fundamentais (humana, técnica e gerencial) ao desenvolvimento da juventude, o PEJR tem como base pedagógica a Pedagogia da Alternância, que intercala períodos de aprendizagem no núcleo de formação e na UPF, integrando teoria e prática, com a participação da família. O programa de formação, inicialmente durava 3 anos e posteriormente passou a ser executado em 2 anos. Ao final do período de formação os jovens são estimulados a desenvolver o Projeto do Jovem Empreendedor Rural (PJER) visando desenvolver atividades sociais ou de geração de renda na sua UPF ou comunidade.

Em 2008, também no Município de Santa Cruz do Sul/RS foi fundada Associação Gaúcha Pró-Escolas Famílias Agrícolas (AGEFA), com a finalidade de implantar e ser mantenedora da primeira Escola Família Agrícola no sul do Brasil, ofertando uma educação formal de ensino médio e técnico em agricultura via a Pedagogia da Alternância. No dia 1º de março de 2009 é inaugurada a Escola Família Agrícola de Santa Cruz do Sul (EFASC), com atuação regional, abrangendo inicialmente 9 municípios e contando com uma rede de parceiros públicos e privados para a sua manutenção, além das próprias famílias. Importante salientar que a gênese do processo de implantação da AGEFA/EFASC teve forte protagonismo e articulação institucional do SICREDI Vale do Rio Pardo⁴. Atualmente a EFASC possui 12 anos de história e conta com 117 jovens em formação e outros 277 egressos,/as chegando a marca de quase 400 famílias envolvidas e que contribuíram com este processo formativo-associativo desde a sua implantação.

Importante destacar, que o processo formativo da EFASC e do CEDEJOR vem de uma construção histórica de mais de 50 anos no Brasil, quando as primeiras experiências da Pedagogia da Alternância foram desenvolvidas junto ao Movimento de Educação Promocional (MEPES) do Espírito Santo ainda em 1969, muito incentivada pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e embasada nos ensinamentos de Paulo Freire.

Compreendemos que a Pedagogia da Alternância como uma ação educacional surge imersa num momento sociopolítico brasileiro opressor que tem a Educação Popular, embasada

³ O CEDEJOR teve origem no Rio Grande do Sul e sua fundação formalizada por um conjunto de lideranças da região, no dia 23 de julho de 2001, no Município de Santa Cruz do Sul/RS. Mais informações em PUNTEL (2011).

⁴ Para maiores informações sobre a fundação e Funcionamento da EFASC sugerimos a leitura de COSTA (2012).

nos pensamentos de Paulo Freire, como contexto educacional não formal. E, por esse motivo, encontra território para ser apresentada, instalada e consolidada como alternativa pedagógica ao rural. Portanto, a Pedagogia da Alternância surge como movimento de base e de Educação Popular e encontra espaço junto ao povo do campo para trabalhar uma proposta educacional que, influenciada pelo contexto de ações populares, apresenta sua prática pedagógica contextualizada e vinculada a uma prática social. Ou seja, entende que processo educativo não se reduz ao processo intelectual, mas sim ao todo em que o sujeito é e está envolvido e, para isto, é preciso que o sujeito tenha consciência da sua realidade possibilitando que, dessa forma, almeje sua transformação. (VERGUTZ; CAVALCANTE, 2014, p. 379)

Ao longo do processo de formação os estudantes da EFASC desenvolvem o Projeto Profissional do Jovem (PPJ) sendo a principal ferramenta para articular o saber popular e o conhecimento científico, uma vez que é elaborado e embasado a partir da realidade da família, da comunidade e da região, sendo esse projeto considerado o “*fio condutor da formação em alternância*” (GARCÍA-MARIRRODRIGA; PUIG-CALVÓ, 2010, p. 174). No CEDEJOR, com finalidade semelhante, é desenvolvido o Projeto do Jovem Empreendedor Rural (PJER).

Um dos principais aspectos que conferem identidade ao processo de formação da EFASC e do CEDEJOR é que essas duas instituições possuem uma proposta pedagógica que busca atender as necessidades de formação dos jovens rurais e buscam oferecer uma proposta educativa que crie identidade e desenvolva o protagonismo da juventude no campo, tendo-os como sujeitos do processo formativo. Essas diretrizes pedagógicas são fundamentadas na Pedagogia da Alternância (PA), uma metodologia de ensino que oportuniza ao estudante tempo e espaço para a vivência e a convivência no ambiente de ensino, no ambiente familiar e comunitário. Como afirma Vergutz (2013), esta metodologia

[...] oportuniza trocas, buscas, inquietações, perturbações, soluções, interações, diferenciações e associações com os saberes da família e da comunidade e os saberes da escola, possibilita que haja tempo e espaço para experimentar de maneira mais observadora-pesquisadora o contexto sócio-profissional-familiar e o contexto escolar, bem como apontar propostas de temáticas e alternativas a serem trabalhadas na ação educativa. (VERGUTZ, 2013, p.74)

A EFASC desde sua implantação oferta uma educação formal de ensino médio e técnico, demanda histórica da região em existir uma escola que pudesse desenvolver o ensino agrícola de forma contextualizada, sem que o estudante perdesse o vínculo com o meio onde vive e ao mesmo tempo pudesse elaborar e implantar projetos de inserção socioprofissional, impactando no meio e na vida dos envolvidos. O CEDEJOR atuou via a oferta de cursos de qualificação profissional, portanto no ensino informal, com uma estrutura curricular própria e de acordo com o programa construído a partir do diagnóstico e da realidade regional. Ambas as propostas buscam oportunizar o exercício e planejamento de

projetos profissionais, que buscavam melhorar e diversificar as atividades produtivas, bem como, ampliar as oportunidades de atuação dos jovens rurais.

Para contribuir na construção de possibilidades de inserção socioprofissional da juventude, a elaboração desses projetos contempla etapas importantes, como realizar um amplo diagnóstico, estudo e reflexão da realidade em que estão inseridos, estudo de mercado, viabilidades, envolvimento da família e comunidade.

Pode-se afirmar que este instrumento pedagógico, além de estar organicamente ligado aos demais, é um dos principais articuladores para suscitar a inquietação nos jovens e sujeitos envolvidos no processo para a construção do seu projeto profissional, que de forma ampla, pode ser chamado de projeto de vida, já que exploram as relações entre o possível e o ideal, considerando a realidade existente, permitindo ao jovem alternante construir um futuro em aberto. (POZZEBON, 2015, p. 83)

Durante o processo de formação, a alternância em tempos e espaços diferenciados e a construção do projeto andam juntos, a partir de idas e vindas, de processos de ação/reflexão, portanto, estas definições são mobilizadas de modo interdependente. O projeto de escolarização na EFASC é desenvolvido durante o processo formativo, possibilitando o estudo reflexivo da realidade e constituindo base de dados, informações, experiências e reflexões, culminando com a elaboração do projeto de inserção profissional ao final da formação, intitulado PPJ. Já no CEDEJOR, há uma grade curricular mais flexível, tendo em vista que a atividade formativa é caracterizada como um “curso” posterior a conclusão do ensino médio, tendo em vista contribuir para atender as necessidades de formação aos jovens que pretendem desenvolver seus projetos de vida no campo.

5- Caracterização da região pesquisada

Como já mencionado, os jovens pesquisados neste estudo habitam uma região marcada pela monocultura do tabaco, pela heterogeneidade das estruturas fundiárias, dos padrões edafoclimáticos e pela diversidade cultural. A região⁵ do Conselho Regional de Desenvolvimento do Vale do Rio Pardo – COREDE (VRP) ocupa uma superfície de 13.209,8 km² e soma a população total de 418.141 habitantes, conforme informações da Fundação de Economia e Estatística (FEE) dados para 2010, o que corresponde à 3,91% da população total do Estado (10.693.929 habitantes). Da população total da região, 263.962 (63,13%) habitantes residem no meio urbano e 154.179 (36,87%) no meio rural. Portanto, a região em questão possui um índice de ocupação demográfica no meio rural 245 % superior

⁵ Por região, neste caso entende-se um recorde oficial reconhecido pelo Estado do Rio grande do Sul para agrupar um conjunto de municípios tendo em vista facilitar o encaminhamento de algumas políticas governamentais do Estado do Rio Grande do Sul. Para saber mais sobre os COREDES sugerimos a leitura do estudo sobre a efetividade das institucionalidades participativas: uma análise a

ao índice geral do estado, que chega aos 14,9% e conseqüentemente uma baixa taxa de urbanização (IBGE, 2010), destacando a forte presença de pessoas residindo no meio rural, devido a presença da Agricultura Familiar. Vale destacar que dos 23 municípios que compõem a região, 10 deles possuem mais de 70 % da população residindo em áreas rurais.

A região do Corede VRP possui características muito heterogêneas, marcada pela diversidade social e desigualdades econômicas acentuadas, de acordo a distribuição fundiária, traços culturais e com sua capacidade de cumulação técnica. Nesta região a cultura do tabaco vincula Agricultores Familiares e suas UPFs às grandes empresas fumageiras e às oscilações do mercado global. Dessa forma, inserem-se em um grande circuito espacial de produção, por meio de contratos de exclusividade com empresas nacionais e multinacionais, formando assim uma base homogeneizada da economia local.

É neste contexto que se insere o debate sobre a importância da formação da juventude, sobre a criação e fortalecimento dos processos produtivos alternativos à produção do tabaco. Pode-se dizer que este não é um debate específico da região do Corede – VRP, haja visto as transformações e modernização dos meios de produção da agricultura a nível nacional e mundial. Todavia, há que se considerar e analisar os processos e meios de produção que sobrevivem ao sistema capitalista de integração (soja, leite, aves, suínos etc), bem como criar e fortalecer mecanismos que possam fomentar processos produtivos menos agressivos ao meio ambiente, que fortaleçam os traços de identidade e vínculo comunitário e familiar, e que, possibilitem aos jovens oportunidades de formação e desenvolvimento sem sair do campo. Trata-se de criar mecanismos para possam desenvolver as habilidades necessárias para realizar sua tomada de decisão, que contribuam para suas escolhas profissionais e fortalecimento dos laços de identidade no meio onde vive e produz conhecimento. É com este intuito que durante o processo de formação os jovens são desafiados a elaborar, apresentar e implementar seus projetos socioprodutivos.

6- A inserção socioprofissional dos jovens rurais

Cabe destacar que as duas instituições de ensino aqui apresentadas possuem peculiaridades em suas propostas, por isso, não se busca comparar os resultados alcançados, princípios e métodos entre uma ou outra. Busca-se, a partir das características que as unem, analisar como os processos de formação via Pedagogia da Alternância contribuem para a transformação do meio através da juventude, em especial, aos aspectos

partir do Conselho Regional de Desenvolvimento e da Consulta Popular no Vale do Rio Pardo/RS (PUNTEL, 2017).

que nos propomos a investigar nesta pesquisa. Trata-se entender o alcance e desafios que esses jovens se deparam com a elaboração/implementação de seus projetos, da utilização e viabilização prática de parte dos conhecimentos construídos durante o seu processo de formação e a sua contribuição para com o desenvolvimento regional.

Os projetos desenvolvidos pelos jovens podem ser considerados educativo/reflexivo, uma vez que é desenvolvido com o acompanhamento dos educadores, mobilizando e articulando os diferentes conhecimentos, no entanto, é também profissional, na medida em que propõe o exercício da resolução de problemas da vida produtiva, inter-relacionando educação e trabalho.

Para repercutir o processo de formação e a implementação dos projetos por parte da juventude, nossa pesquisa utilizou-se de análise documental, questionário semi-estruturado aplicado aos jovens, visitas de campo às famílias dos jovens e aos centros de formação. Ao todo, foi analisado a participação de 140 jovens que finalizaram o processo de formação no CEDEJOR entre os anos de 2004 a 2009, oriundos de 14 municípios e 66 jovens que concluíram o processo de formação na EFASC nos anos de 2011 e 2012 oriundos de 10 Municípios da Região do Corede VRP.

Abaixo descrevemos algumas características gerais constatadas via a pesquisa e que estão muito relacionadas ao contexto regional. Sobre a força de trabalho das famílias, dos jovens que finalizaram o processo de formação, verificou-se que 37% das famílias são constituídas por 3 pessoas, 39% possuem 4 pessoas, 18% são formadas por 5 pessoas e 6% possui 6 pessoas ou mais. Esses dados evidenciam a capacidade de força de trabalho limitada para as atividades agrícolas, sendo um dos limitadores para haver maior diversificação produtiva. Tendo em vista que cada vez se requer maior qualificação para as atividades agropecuárias, não são todas as famílias que possuem jovens, ou até mesmo os pais, com tempo disponível para se qualificarem adequadamente para as atividades.

Outro elemento muito importante que mencionamos ser característicos na Agricultura Familiar é a estrutura fundiária. Sobre este aspecto, constatou-se que as famílias dos jovens entrevistados possuem áreas de terra em média de 16 hectares por UPF para desenvolverem suas atividades produtivas. Desta área ainda é necessário deixar área de reserva florestal, área da moradia e terras acidentadas. Este elemento demonstra a importância de as famílias desenvolverem atividades com alta produtividade e melhor aproveitamento de área.

Em entrevistas aos educadores e gestores dos programas, foi mencionado que ao longo dos anos os processos educativos foram sendo melhorados e buscou-se reduzir o tempo de formação para os jovens do CEDEJOR finalizarem o processo de formação em

menor tempo, tendo em vista ser um programa de ensino não formal e a alta taxa de jovens que não concluíam o processo de formação.

Tendo em vista que se trata de uma modalidade de ensino informal e complementar ao ensino médio, muitos jovens saíram do processo de formação para prestar serviço militar, buscar emprego e outros optaram simplesmente em descontinuar o processo de formação e buscar fontes de renda imediata para complementar a renda familiar. No caso da EFASC, por se caracterizar como uma modalidade de ensino formal, as taxas de evasão são mínimas e houve poucas mudanças na estrutura organizativa e temporal de oferta dos cursos, desenvolvendo o Ensino Médio em 3 anos e de forma concomitante ocorre o curso técnico em agricultura, que ainda possui o 4º ano dedicado ao estágio curricular obrigatório, totalizando uma carga horária 5.060 hs, sendo de 3.360 hs para o ensino médio e, para a formação técnica outras 1.700 hs.

Na tabela abaixo é possível verificar o ano de início e finalização do processo de formação dos jovens por turma e centro de formação. Percebe-se que os jovens passaram por centros de formação distintos, localizados no Município de Rio Pardo e Santa Cruz do Sul. Isso significa que além de espaços diferentes, esses jovens tiveram educadores distintos, viveram tempos de formação diferentes (entre os anos 2001 a 2012) e durante este período os programas de formação tiveram mudanças.

Tabela 1: Jovens formados por turmas, projetos implantados e índices de evasão.

Ano	Centro de formação	Jovens Iniciantes	Jovens Formados	Percentual de Jovens Formados	Percentual de Projetos implementados
2001 - 2004	CEDEJOR São Martinho (Stª Cruz do Sul)	40	17	43%	44%
2001 - 2004	CEDEJOR Casa Jesus Mª José (Rio Pardo)	40	20	50%	58%
2001 - 2004	CEDEJOR Albardão (Rio Pardo)	40	28	70%	54%
2004 - 2005	CEDEJOR Alto Paredão (Stª Cruz do Sul)	29	9	31%	78%
2005 - 2006	CEDEJOR Albardão (Rio Pardo)	31	12	39%	55%
2006 - 2007	CEDEJOR Albardão (Rio Pardo)	38	17	45%	71%
2007 - 2008	CEDEJOR Albardão (Rio Pardo)	35	16	46%	100%
2008 - 2009	CEDEJOR Albardão (Rio Pardo)	27	21	78%	94%
2009 - 2011	EFASC (Stª Cruz do Sul)	51	41	80%	97%
2010 - 2012	EFASC (Stª Cruz do Sul)	27	25	93%	96%
Total		362	206	57,5%	74,7%

Fonte: Pesquisa documental e elaboração feita pelos autores.

Quanto ao processo de implantação dos projetos dos jovens, pode-se observar que no caso do CEDEJOR houve um aumento na margem de implantação dos projetos ao longo

dos anos e muito se deve as melhorias realizadas nos processos e métodos de formação, a partir dos encontros de formação e avaliação do curso ofertado. Já no caso da EFASC, a elaboração do PPJ tem sua construção ao longo dos três anos de formação e é um requisito para a conclusão do Ensino Médio, portanto, o foco está na implantação, processo que ocorre durante o terceiro ano e após a conclusão do curso.

Dois aspectos são importantes de serem destacados, primeiro que, em grande parte, as temáticas dos projetos elaborados pelos jovens geralmente são de atividades que já são realizadas pelas famílias ou que a mesma tem experiência ou gosta de fazer, isso se deve muito em função do estudo da realidade através dos diagnósticos e análises FOFA⁶. Este tipo de análise ao longo do processo formativo contribui para a percepção de oportunidades existentes e com maior potencial para serem ampliadas, gerando maior renda e possibilidades de contribuir com a diversificação das atividades produtivas desenvolvidas pelas famílias, a partir daquilo que tem gosto, vocação e domínio de produção.

O uso destas ferramentas de diagnóstico e análise da realidade combinadas com os diversos instrumentos pedagógicos intrínsecos a proposta formativa da Pedagogia da Alternância provoca e fortalece a criação de laços identitários com o campo, gerando um vínculo de identidade camponesa. Entende-se que a partir do momento em que o jovem conhece e/ou pesquisa com profundidade o meio onde vive, o mobiliza e estimula um processo de enraizamento e pertença à cultura camponesa, motivado pelo despertar de laços de identidade que o aproxima da trajetória de vida dos pais, avós e pessoas que convive, valorizando o meio rural, não só como um espaço de produção, mas como espaço de vida, de cultura, de histórias, de relação estreita com a terra e a natureza.

Na EFASC observou-se que a taxa de implementação dos projetos desenvolvidos pelos 66 jovens egressos foi de 97% (64 projetos), resultado considerado positivo no contexto da proposta da Escola, primeiro, porque pode estar indicando a pertinência dos temas em foco e, em segundo lugar, porque o instrumento pedagógico PPJ parece estar cumprindo seu lado mais 'ousado' que é fazer parte, de certa forma, dos projetos de vida dos jovens e suas famílias. No entanto, é necessário ter claro que a implantação de um projeto, ainda que aporte em si o potencial de empreender, vai depender de uma série de condições objetivas que nem sempre estarão sob a gerência direta do egresso, da família, da escola e mesmo da comunidade. Assim, se faz necessário, além de elaborar e exercitar

⁶ A Análise FOFA surge na década de 1960 na Universidade de Stanford intitulada de matriz ou análise SWOT, que significa *Strengths* (Forças), *Weaknesses* (Fraquezas), *Opportunities* (Oportunidades) e *Threats* (Ameaças). Possibilita através do levantamento de dados e informações minuciosas sobre o meio, desenvolver uma análise destes fatores, do ambiente interno e externo e do cenário atual que se encontra a propriedade e a comunidade para a construção de um planejamento estratégico (VERDEJO, 2006).

o PPJ, estimular o acesso às políticas públicas e fortalecer o envolvimento da juventude na reivindicação por elas.

Em relação aos projetos dos 140 egressos do CEDEJOR, constatou-se que 70 projetos (50%) foram colocados em prática. O maior número de projetos elaborados foi na área de horticultura (20%), prestação de serviços (13%), fruticultura (14%), criação de animais e aves (21%), agricultura (6%), piscicultura (5%), agroindústria (6%), agroindústria, produção de leite e outros (15%).

As temáticas defendidas pela juventude em seus projetos em sua totalidade estão vinculadas à produção/processamento de alimentos, nenhum projeto relacionado ao cultivo de tabaco foi apresentado ou defendido em banca, nem sequer na melhoria do processo produtivo, mostrando que é uma cultura que não cativa a participação juvenil ou não existe abertura de espaço na família para tal intervenção. Este aspecto mostra claramente que as alternativas encontradas pela juventude para construir seus projetos profissionais, inclusive de permanência no campo, estão alinhadas com a produção ou beneficiamento de alimentos, e em muitos casos na perspectiva da agroecologia ou na transição para *estilos de agriculturas mais sustentáveis* (CAPORAL, 2009).

Constatou-se a existência de projetos que previam a necessidade de recursos para a sua implantação, mas o acesso ao crédito foi pouco expressivo, somente 24% dos projetos implementados se deram com auxílio de financiamento externo, via o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) ou Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento dos Pequenos Estabelecimentos Rurais (FEAPER) e para projetos que investiram valores superiores a cinco mil reais. Considerando a falta de autonomia de grande parte dos jovens, que é um aspecto próprio de sua idade, a falta de crédito para investimento, a escassez de mão de obra disponível para novas atividades aparece como um aspecto importante que merece ser melhor estudado, isto porque, existe uma absorção quase que total nas atividades já existente e dificuldade dos pais para inovarem em atividades incertas.

Outro aspecto importante levantado na pesquisa é a necessidade de haver um acompanhamento pós-formação, que possa estimular e desenvolver uma articulação política e técnica, além de contribuir para o êxito da implantação e desenvolvimento dos projetos. Tanto para o CEDEJOR⁷, quanto para a EFASC existem limites estruturais e de pessoal/financiamento para dar esse passo, mas o que se percebe, é que os jovens estão buscando se articular com outros grupos, cooperativas ou associações existentes nas proximidades como o Centro de Apoio ao pequeno Agricultor (CAPA), Cooperativa

⁷ Cabe mencionar que atualmente, o CEDEJOR VRP tem interrompido seu processo de formação junto aos jovens rurais da região.

Leoboqueirense de Agricultores Familiares (COOPERLAF), Cooperativa Regional de Alimentos Santa Cruz Ltda (COOPERSANTA), Cooperativa Mista dos Fumicultores do Brasil (COOPERFUMOS), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Cooperativa Mista de Agricultores Familiares de Vera Cruz (COOPERVEC), Cooperativa dos Produtores de Venâncio Aires (COOPROVA), Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STRs), EMATER, entre outras, tendo em vista viabilizar os projetos e criar uma rede de parcerias, até mesmo para acessar e fortalecer determinadas políticas públicas, como o PRONAF, o Programa de Aquisição de Alimentos(PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Em tempos em que a palavra sucessão rural está em alta, devido aos efeitos deletérios do processo de modernização conservadora da agricultura no Brasil, tornando o meio rural com a população mais envelhecida e masculinizada (ABRAMOVAY; CAMARANO, 1999), alguns aspectos nos fazem pensar que o termo em si necessita ser repensado e ressignificado em função do momento em que vivemos. A juventude da atualidade está com maiores possibilidades de acesso a melhores níveis de escolaridade com relação aos seus pais. Segundo o Relatório de Atividades da EFASC de 2020, 43,3% dos egressos estão cursando ou cursaram o Ensino Superior, sendo que destes, 6 jovens estão realizando pós-graduação (mestrado). Por outro lado, os egressos desses programas possuem idade entre 18 a 24 anos e seus pais/mães em torno de 40 a 55 anos, portanto, em idade produtiva e determinante na propriedade e, nesse sentido, o termo sucessão/substituição/sucedor não corresponde a uma possibilidade real e atual, mas sim futura.

Diante desse contexto, reforçamos a ideia de que o melhor termo para expressar este momento relacionando as possibilidades de permanência no campo, na fase de condição juvenil em que os egressos se encontram, é o termo Vínculo com a Agricultura Familiar. Pois, muitos jovens egressos acabam abraçando outras oportunidades, seja na continuidade dos estudos no ensino superior, seja na assistência técnica, em cooperativas, associações ou em outros ramos, mas também continuam vinculados à sua comunidade/família, de diversas formas, morando, participando de ações coletivas ou inclusive trabalhando e auxiliando no processo decisório da UPF, mas em permanente vínculo identitário com aquele espaço de saber/cultura camponesa.

Segundo dados do Relatório da EFASC e seguindo esta categorização de manutenção de Vínculo com a Agricultura Familiar, atualmente 89,8% egressos/as desse processo de formação, seguem vinculados, seja como Agricultores/as Familiares, Técnicos/as em Agricultura, Professores/as em escolas do campo ou estudantes em cursos que dialogam diretamente com a Agricultura Familiar. Expressando assim, um conceito mais adequado e

que reflete, de forma mais precisa, a contribuição da Pedagogia da Alternância com o desenvolvimento regional.

7- Considerações finais

De forma ampla, a realização deste estudo mostra que os processos de modernização agrícola e de integração dos pequenos agricultores as grandes indústrias apresentam diversas implicações, seja no modo de vida dos agricultores, na organização social, nas atividades produtivas, nas formas de cultivo e na relação homem natureza. Trata-se de um processo de desorganização e reorganização constantes de modelos e processos existentes.

Inserido nesta complexidade rural, este estudo evidenciou diversos desafios postos a agricultura familiar, em especial, aos jovens rurais. Percebeu-se que uma educação contextualizada e alicerçada nos princípios de Paulo Freire e com a metodologia da Pedagogia da Alternância demonstram efeitos transformadores da realidade no momento em que tem o espaço de vida e produção colocados como ponto de partida para a construção do conhecimento, tendo o jovem e sua família como sujeitos ativos/reflexivos/provocativos no processo formativo, valorizando os diferentes saberes sociotécnico culturais existentes na família e comunidade.

A construção/elaboração de projetos profissionais, e neste caso o PPJ, está colocado como um elemento mobilizador, no momento em que estimula os jovens a projetar e realizar intervenções no contexto onde vivem, abrindo possibilidades e oportunidades, a partir das potencialidades do local, que o instigam a desenvolver uma visão transversal da realidade, em suas múltiplas facetas e dimensões. Neste processo de formação, o PPJ de forma articulada com os demais instrumentos pedagógicos no plano de formação, mostra-se como principal meio para discutir, refletir e organizar possibilidades concretas de inserção socioprofissional dos jovens rurais em formação.

A taxa de projetos não implementados evidenciam e nos fazem refletir sobre o grau de autonomia dos jovens rurais junto as suas famílias, a dificuldade dos jovens se colocarem como atores independentes junto as instituições de crédito, os limites de apoio para um acompanhamento após o período de formação, bem como, evidenciam as diversas possibilidades e desafios que se abrem aos jovens durante esta fase da vida. Pois, em nosso entendimento, trata-se de um período em que os jovens vão amadurecendo suas ideias, analisando os limites e possibilidades que hora se apresentam e fazendo suas escolhas. Neste sentido, o processo de formação dos jovens estimula o seu processo reflexivo e opções de vida, que, até então não se apresentavam no horizonte de sua vida.

De forma ampla, com limites e alcances, a partir dos dados e discussões apresentadas sobre a inserção socioprofissional dos egressos dessas instituições, podemos afirmar que contribuem para fortalecer e gerar um vínculo de identidade camponesa da juventude com a Agricultura Familiar, ampliando a percepção das oportunidades de diversificação e geração de renda existente dentro e fora da propriedade, estimulando a inserção social e a articulação com diversas entidades locais e regionais, seja por necessidades produtivas, de diversificação ou de caráter comunitário, cooperativo e solidário. Por outro lado, evidenciam os limites e desafios postos ao fortalecimento da agricultura familiar, em especial, a identidade e fortalecimento da juventude como atores importantes nesse processo.

8 – Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Estudos Rurais. São Paulo/ Campinas: Editoria Hucitec/Anpocs, 1992.

_____. **Juventude rural: ampliando as oportunidades**. *Raízes da Terra: parcerias para a construção de capital social no campo*, Brasília, v. 1, n. 1, p. 45-52, abr. 2005.

ABRAMOVAY, R.; CAMARANO, A. A. **Êxodo rural, envelhecimento, masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos**. 1999. (Texto para discussão, n. 621). Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/td_0621.pdf>.

BOURDIEU, P. **A “juventude” é apenas uma palavra**. In: BOURDIEU, P. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 112-121.

CAPORAL, F. R. **Agroecologia: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis**. Brasília: 2009.

CARNEIRO, M. J. **Ruralidade: novas identidades em construção**. In: Congresso Brasileiro De Economia E Sociologia Rural. Natal – RN. SOBER, 1997. p. 147-185.

COSTA, J. P. R. **Escola Família Agrícola de Santa Cruz do Sul - EFASC: uma contribuição ao desenvolvimento da região do Vale do Rio Pardo a partir da pedagogia da alternância**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional). PPGDR, Universidade de Santa Cruz do Sul, 2012. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11624/422>>. Acesso em: 03 de mar. 2021.

GARCÍA-MARIRRODRIGA, R.; PUIG-CALVÓ, P. **Formação em Alternância e Desenvolvimento Educativo dos CEFFAs no Mundo**. BH: O lutador, 2010.

HARVEY, D.. **A Condição Pós-Moderna**. Edições Loyola, 25^o edição. 2012.

KAUTSKY, K.. **A questão agrária**. Trad. de C. Iperioig. 3. ed. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

LÊNIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria**. Trad. de José P. Netto. 2. ed. São Paulo. Nova Cultural, 1985.

MAZOYER, M; ROUDART, L. **História das agriculturas do mundo neolítico à crise contemporânea**. Brasília: NEAD, 2010.

NAVARRO, Z. **Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro**. Revista Estudos Avançados, São Paulo, USP, Vol. 16, nº 44, 2001.

OLIVEIRA, A. U. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007.

PAIVA, C. Á. N. & RAMOS, M. P. **Limitações e possibilidades da análise de indicadores regionais: o caso do COREDE do Vale do Rio Pardo. Santa Cruz do Sul**. Revista Redes, UNISC, V.10 n.2, 2005.

PAIVA, C. Á. **Os determinantes do aprofundamento das desigualdades territoriais no Rio Grande do Sul entre 1970 e 2000**. In: PAIVA, C. A. (org.). *Evolução das desigualdades territoriais do Rio Grande do Sul*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2008.

POZZEBON, A. A inserção socioprofissional dos jovens egressos da Escola Família Agrícola de Santa Cruz do Sul no Vale do Rio pardo, RS: Uma contribuição para o desenvolvimento rural. Dissertação de Mestrado – PGDR/UFRGS. 2015. Disponível em: < <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/132950>>. Acesso em 03 de mar. 2021.

PUNTEL, J. A. **Situação e perspectivas para o desenvolvimento dos jovens rurais: um estudo a partir dos jovens formados no Programa de Empreendedorismo do Jovem Rural no Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural no Vale do Rio Pardo - RS**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional). PPGDR, Universidade de Santa Cruz do Sul, 2011. Disponível em: < <https://repositorio.unisc.br/jspui/handle/11624/253>>. Acesso em: 03 de mar. 2021.

STROPASOLAS, V. L. **O mundo rural no horizonte dos jovens: o caso dos filhos (as) de agricultores familiares de Ouro/SC**. Tese de Doutorado. Florianópolis: UFSC, 2002. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/82617/184359.pdf?sequence=1>. Acesso em: 05 jan. 2021.

VERDEJO, M. E. **Guia prático: DRP**. Brasília: Gráfica ASCAR, 2006.

VERGUTZ, C. L. B. **Aprendizagens na Pedagogia da Alternância da Escola Família Agrícola de Santa Cruz do Sul**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, Programa de Pós Graduação em Educação – PPGE, 2013.

VERGUTZ, C. L. B.; CAVALCANTE, L. O. H. As aprendizagens na pedagogia da alternância e na educação do campo. **Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 22, n. 2, p. 371-390, jul./dez. 2014.

WEISHEIMER, N. **A situação juvenil da agricultura familiar**. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2009.